

## **Resultado de Novembro pouco animador**

José Roberto Afonso<sup>1</sup>, Vilma da Conceição Pinto<sup>2</sup> e José Ricardo L. Guimarães Jr<sup>3</sup>

**Nota:** Este relatório foi elaborado em 12 de dezembro de 2016, porém só está sendo publicado na presente data (05/01/2017), pois até o momento a Receita Federal (RFB) não publicou o detalhamento dos resultados de novembro em sua página oficial (arquivo Excel e relatório). Cumpre destacar que conforme dados divulgados pela RFB por meio de apresentação, relativos ao resultado de novembro, é possível avaliar a consistência dos nossos resultados vis-à-vis números oficiais. Neste sentido, antecipamos que para o mês de novembro de 2016, esta nota apurou uma arrecadação de R\$ 101.7 bilhões para o total das receitas federais e de R\$ 99.9 bilhões somente para as receitas administradas pela RFB, enquanto que o número oficialmente divulgado foi de R\$ 102.2 bilhões e R\$ 99.9 bilhões, respectivamente. As diferenças são poucas, o que mostra a consistência da nossa análise.

### **Introdução**

Esta nota analisa o desempenho da arrecadação tributária federal em novembro de 2016 com base nas informações escrituradas na contabilidade pública e extraídas em 12/12/2016 da plataforma do Tesouro Gerencial.

O objetivo é antecipar as tendências a serem reveladas nos boletins gerenciais da RFB, respeitada as diferenças metodológicas entre as duas fontes. É importante chamar a atenção que não se espera coincidência de valores, até porque conceitos, meios e prazos de apuração

---

\* As opiniões expressas neste ensaio são exclusivamente dos autores e não expressam necessariamente as da FGV/IBRE. Os autores são particularmente gratos ao apoio de José Ricardo Lima Guimarães Junior e Davi Ferrucio Ferreira.

<sup>1</sup> Doutor em Economia pela UNICAMP; Pesquisador da FGV/IBRE e Professor do IDP.

<sup>2</sup> Economista pela UERJ; mestranda em economia pela FGV/EPGE; Pesquisadora da FGV/IBRE.

<sup>3</sup> Assistente técnico de pesquisa macroeconômica.

são relativamente diferentes. Os dados contábeis, porém, permitem antecipar tendências em termos de evolução real do que será divulgado pela Receita Federal nos próximos dias.

Esta nota está assim estruturada: (i) principais tendências; (ii) análise do resultado de novembro de 2016, destacando os principais pontos que justificam os resultados observados.

A análise em termos reais nesta nota considera a variação do IPCA a preços de novembro de 2016.

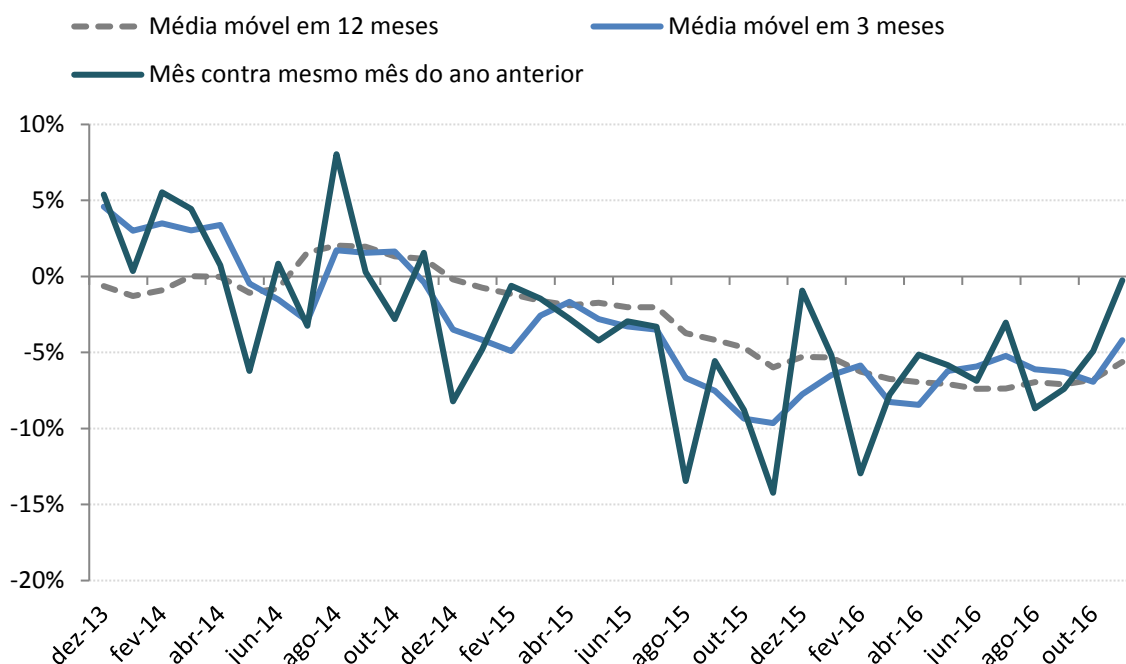
## **Principais Tendências**

A arrecadação tributária federal, considerando apenas a administrada, segue em queda em novembro vis-à-vis o observado mesmo mês do ano anterior, com um decréscimo de 0.3%, o que pode ser visto como um resultado animador se comparado ao observado nos meses anteriores. Enquanto as quedas reais no acumulado do ano e nos últimos doze meses estão muito próximas e expressivas de 6.1% e 5.6%, respectivamente, com desempenho muito pior que o do PIB.

Se computadas outras receitas, o total da arrecadação federal cresceu 0.3% entre novembro de 2016 e de 2015. Apesar desse crescimento, quando comparamos os resultados de janeiro a novembro de 2016 com o mesmo período de 2015, o total da arrecadação federal caiu 6.6%. E se considerarmos os últimos doze meses, contra o mesmo período do ano anterior, a queda foi de 6.1%.

Como evidenciado pelo Gráfico 1, após a curva mensal superar o acumulado meses anteriores e ambas ficarem acima da anualizada nos meses de junho e julho, os resultados de agosto e setembro mostraram um agravamento do desempenho da arrecadação. E desde outubro último, a curva mensal veio a superar o acumulado nos três meses e doze meses.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento Real das Receitas Administradas pela RFB.



Fonte: Tesouro Gerencial. Elaboração FGV-Ibre.

Ainda que haja súbita melhora em novembro, isso ainda não afeta a tendência observada na curva que acumula receitas em doze meses, com uma tendência a estabilidade no Gráfico 1. Para fins de analisar resultados fiscais e desempenho do orçamento, a curva mais relevante seria a que apura a variação do arrecadado nos últimos doze meses contra igual período do ano anterior, e se verifica que esta, se tornou negativa desde o final de 2014, tendo mergulhado continuamente, até se situar na casa dos 6%, mesmo com o bom resultado de novembro último.

### Principais traços do desempenho em novembro

De acordo com o contabilizado no Tesouro Gerencial, o volume global arrecadado pela União em novembro de 2016 girou em torno de R\$ 101.7 bilhões, o que representa um crescimento real de 0.3% em relação a igual mês de 2015, cujo valor real foi da ordem de R\$ 101.4 bilhões.

Sempre vale alertar que a arrecadação segue sofrendo até mais que o PIB, caindo em cima de uma base que já era muito ruim, isto é algo que vai além do efeito cíclico, porém é possível que nos próximos meses ela venha a cair menos, como já vinha acontecendo, seguindo, assim para uma reversão em alguns tributos.

Cumprir destacar que o crescimento em meio a uma base fraca ainda é insuficiente para o tamanho do ajuste que precisa ser feito. Vale reforçar que para que possa ser iniciado um

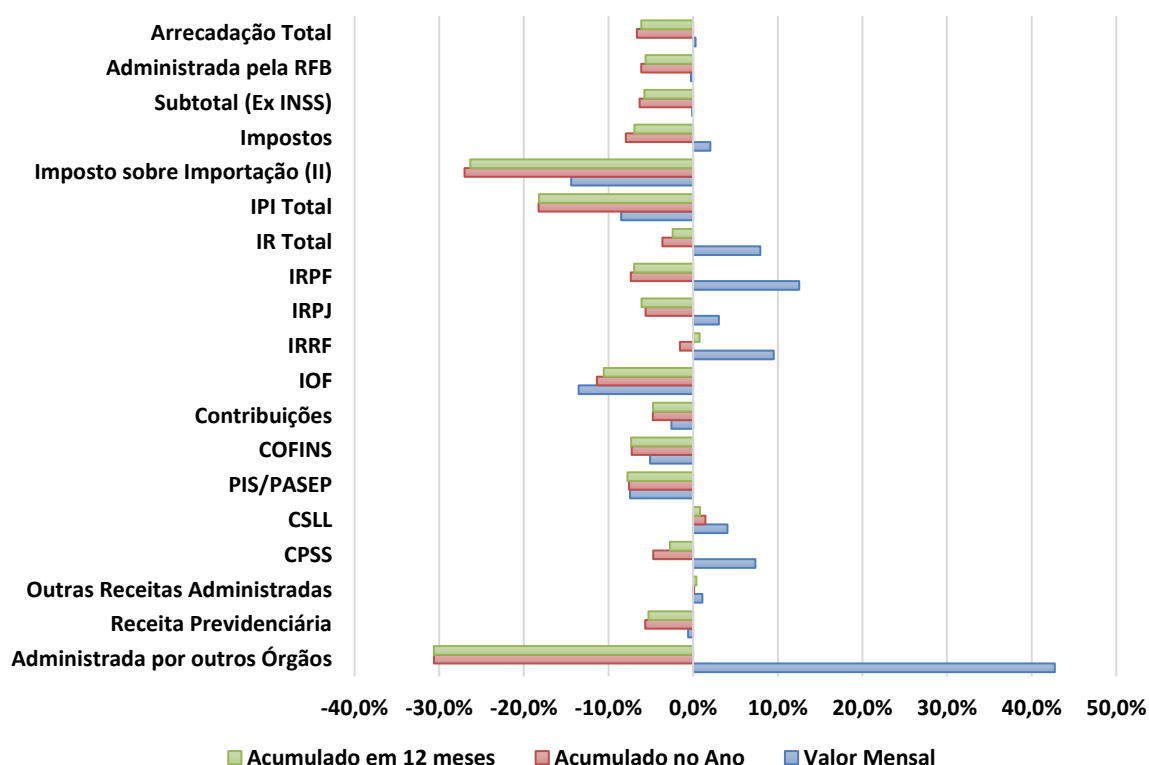
processo de recuperação da arrecadação, é necessário que a taxa mensal e também a trimestral deva se manter superior a taxa anualizada.

Em termos desagregados podemos destacar o desempenho muito desanimador dos tributos sobre importação e o IPI. Com quedas mensais de 14.4% para o imposto sobre importação e 8.5% para o IPI, essas rubricas ainda apresentam resultados ruins no acumulado no ano e no acumulado em doze meses, dessa forma ainda não se pode pensar em fim da queda dessas rubricas.

Entre os resultados positivos podemos destacar o resultado surpreendente do IRPF e IRRF, com crescimentos de 12.5% e 9.5%, respectivamente, em relação a novembro de 2015. Porém essas rubricas ainda apresentam resultados ruins no acumulado do ano e no acumulado em doze meses, o que significa que ainda pode demorar para o fim na queda dessas rubricas.

Assim, o gráfico 2 mostra o desempenho comparado entre os três cortes temporais já citados na variação real dos principais tributos arrecadados pela Receita Federal.

Gráfico 2: Taxa de crescimento real da arrecadação da receita federal.  
Mês de referência: outubro.



Fonte: Tesouro Gerencial. Elaboração FGV-Ibre.

Enfim, o desempenho aqui observado deixa claro o tamanho do desafio fiscal, mesmo com o resultado positivo de novembro, esse resultado se mostra aquém para atender as quedas observadas na taxa anualizada e no acumulado em doze meses, de modo que eles ainda apresentam quedas de 6.6% e 6.1% respectivamente.

Ainda não há tantos motivos para comemorar. Os resultados anteriores mostram que a arrecadação bateu no fundo do poço, o resultado de novembro pode sinalizar o início de um lento processo de recuperação.

## **Bibliografia**

Afonso, J. R., Pinto, V. C., & Fajardo, B. (Abril de 2015). Arrecadação federal de março/15: antecipando os números oficiais. Fonte: Núcleo de Economia do Setor Público - FGV/IBRE: <http://bit.ly/1PxaMtS>

Ministério da Fazenda (MF). (07 de 2015). Relatórios do Resultado da Arrecadação Federal. Fonte: Secretaria da Receita Federal (RFB): <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>

Ministério da Fazenda (MF). (13 de julho de 2015). Tesouro Gerencial (SIAFI). Fonte: Secretaria do Terouro Nacional (STN): <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi>

## Anexos

### Metodologia e precisão dos Dados

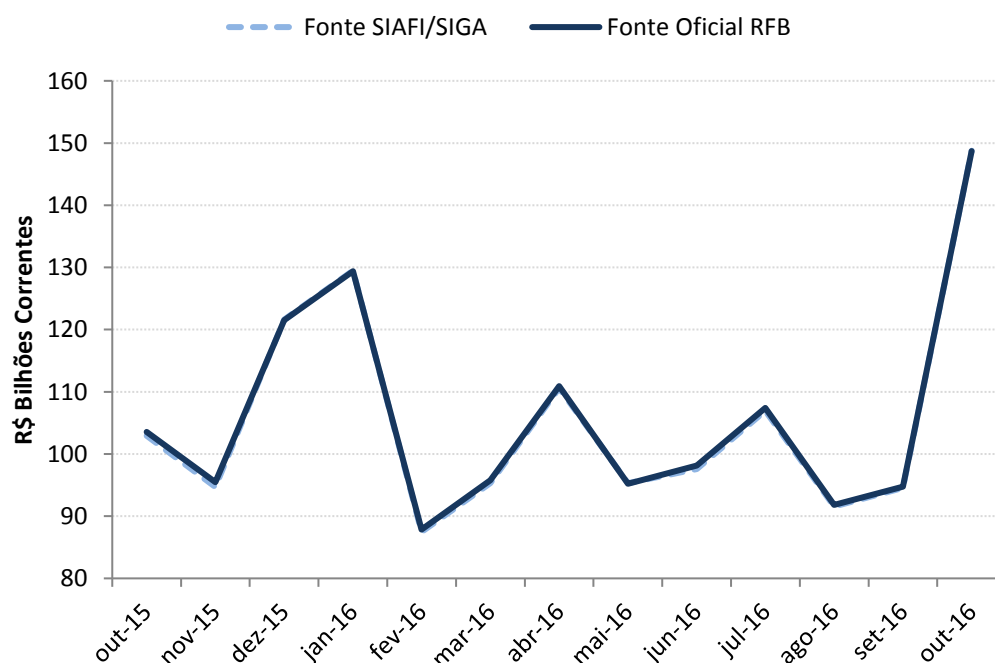
O ponto de partida do trabalho são os números da arrecadação das receitas federais mensalmente divulgados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). O principal objetivo é replicar os valores mensalmente divulgados de arrecadação de impostos e contribuições administrados pela RFB, além de royalties e participações especiais, que constitui a arrecadação das receitas administradas por outros órgãos.

Para fins de mensuração dos dados, é utilizado o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), onde através do software conhecido como Tesouro Gerencial são realizadas as consultas dos valores executados de receitas por natureza tributária. Após a extração dos dados, é realizada uma limpeza na série, a fim de capturar somente o componente que constitui a arrecadação do governo federal.

Para efeitos comparativos entre as séries extraídas pelo SIAFI e os números oficiais divulgados pela RFB, os dados são apresentados com seus valores correntes. Já nas análises posteriores são apresentados com valores deflacionados pelo IPCA mensal.

O Gráfico 3 apresenta uma comparação do valor oficialmente divulgado pela RFB e o valor estimado utilizando os dados do SIAFI.

Gráfico 3 - Arrecadação Federal Total: Comparação mensal em R\$ Bilhões Correntes (out/16-out/15)



Fonte: SIAFI; RFB.

Embora no agregado nossos números sejam muito precisos, é importante alertar para alguns aspectos particulares:

- i. A rubrica “Arrecadação administrada por Outros Órgãos” está sendo representada apenas por receitas de Royalties e Participações Especiais.
- ii. As rubricas “Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)”, “Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)” e “IPI – Outros” apresentaram elevados níveis de precisão em toda a série, exceto em dezembro de 2014. Essa discrepância nas séries ainda está em fase de análise metodológica.
- iii. O detalhamento acerca da composição da rubrica de “Outras Receitas Administradas” e “receita administrada por outros órgãos” ainda está em fase de consulta junto à RFB.



**Tabela 2 - Arrecadação das Receitas Federais em Valores Correntes.**

Rubrica	Peso	Valor Mensal				Acumulado no Ano (Jan-Nov)				Acumulado em 12 meses (Dez/15-Nov/16)			
		Nov/16	Nov/15	Varição (R\$ Milhões)	Varição (%)	2016	2015	Varição (R\$ Milhões)	Varição (%)	2016	2015	Varição (R\$ Milhões)	Varição (%)
<b>Arrecadação Total</b>	<b>100</b>	<b>101.758</b>	<b>101.461</b>	<b>297</b>	<b>0,3%</b>	<b>1.181.522</b>	<b>1.215.331</b>	<b>-33.808</b>	<b>-2,8%</b>	<b>1.310.578</b>	<b>1.346.054</b>	<b>-35.475</b>	<b>-2,6%</b>
<b>Administrada pela RFB</b>	<b>99</b>	<b>99.923</b>	<b>100.175</b>	<b>-252</b>	<b>-0,3%</b>	<b>1.163.619</b>	<b>1.189.527</b>	<b>-25.907</b>	<b>-2,2%</b>	<b>1.291.603</b>	<b>1.318.699</b>	<b>-27.097</b>	<b>-2,1%</b>
<b>Subtotal (Ex INSS)</b>	<b>69</b>	<b>69.447</b>	<b>69.518</b>	<b>-71</b>	<b>-0,1%</b>	<b>828.117</b>	<b>833.898</b>	<b>-5.781</b>	<b>-0,7%</b>	<b>907.002</b>	<b>912.648</b>	<b>-5.646</b>	<b>-0,6%</b>
Impostos	37	35.986	35.265	721	2,0%	438.335	450.675	-12.341	-2,7%	484.030	494.863	-10.833	-2,2%
Imposto sobre Importação (II)	2	2.650	3.096	-446	-14,4%	29.475	40.380	-10.906	-27,0%	32.312	43.858	-11.546	-26,3%
<b>IPI Total</b>	<b>3</b>	<b>3.892</b>	<b>4.254</b>	<b>-362</b>	<b>-8,5%</b>	<b>40.695</b>	<b>49.786</b>	<b>-9.091</b>	<b>-18,3%</b>	<b>45.019</b>	<b>55.047</b>	<b>-10.028</b>	<b>-18,2%</b>
IPI Fumo	0	448	515	-67	-13,1%	5.097	5.749	-652	-11,3%	5.668	6.354	-685	-10,8%
IPI Bebidas	0	247	217	30	13,8%	2.366	2.563	-197	-7,7%	2.633	2.808	-175	-6,2%
IPI Automóveis	0	214	280	-66	-23,7%	2.630	4.149	-1.520	-36,6%	2.968	4.616	-1.649	-35,7%
IPI Vinculado à Importação	1	1.206	1.408	-202	-14,4%	12.538	17.379	-4.841	-27,9%	13.784	18.857	-5.073	-26,9%
IPI Outros	2	1.777	1.833	-56	-3,0%	18.064	19.945	-1.881	-9,4%	19.966	22.412	-2.446	-10,9%
<b>IR Total</b>	<b>28</b>	<b>26.591</b>	<b>24.632</b>	<b>1.959</b>	<b>8,0%</b>	<b>335.914</b>	<b>324.181</b>	<b>11.733</b>	<b>3,6%</b>	<b>371.125</b>	<b>356.252</b>	<b>14.873</b>	<b>4,2%</b>
IRPF	2	2.543	2.260	283	12,5%	29.764	32.129	-2.366	-7,4%	31.417	33.769	-2.352	-7,0%
IRPJ	11	7.273	7.056	217	3,1%	136.292	119.509	16.783	14,0%	143.187	127.462	15.725	12,3%
<b>IRRF</b>	<b>15</b>	<b>16.775</b>	<b>15.317</b>	<b>1.459</b>	<b>9,5%</b>	<b>169.859</b>	<b>172.543</b>	<b>-2.684</b>	<b>-1,6%</b>	<b>196.522</b>	<b>195.021</b>	<b>1.501</b>	<b>0,8%</b>
IRRF Rendimentos do Trabalho	8	10.513	8.885	1.629	18,3%	92.089	93.480	-1.391	-1,5%	101.919	102.554	-634	-0,6%
IRRF Rendimentos de Capital	5	3.506	3.962	-455	-11,5%	46.887	45.376	1.511	3,3%	59.195	54.709	4.487	8,2%
IRRF Residentes no Exterior	2	1.963	1.639	324	19,8%	21.622	22.987	-1.365	-5,9%	25.194	26.023	-829	-3,2%
IRRF Outros Rendimentos	1	793	831	-38	-4,6%	9.261	10.699	-1.439	-13,4%	10.213	11.735	-1.522	-13,0%
IOF	3	2.750	3.181	-430	-13,5%	31.136	35.132	-3.997	-11,4%	34.366	38.424	-4.058	-10,6%
ITR	0	102	103	-1	-0,5%	1.116	1.196	-80	-6,7%	1.208	1.283	-75	-5,8%
<b>Contribuições</b>	<b>28</b>	<b>31.130</b>	<b>31.950</b>	<b>-820</b>	<b>-2,6%</b>	<b>339.685</b>	<b>356.651</b>	<b>-16.966</b>	<b>-4,8%</b>	<b>370.407</b>	<b>388.825</b>	<b>-18.418</b>	<b>-4,7%</b>
COFINS	16	17.490	18.428	-938	-5,1%	190.246	205.138	-14.892	-7,3%	208.342	224.800	-16.458	-7,3%
PIS/PASEP	4	4.520	4.884	-364	-7,5%	50.640	54.787	-4.147	-7,6%	55.407	60.067	-4.661	-7,8%
CSLL	5	4.237	4.072	165	4,1%	65.273	64.340	934	1,5%	69.330	68.766	564	0,8%
CIDE Combustíveis	0	504	487	17	3,5%	5.610	3.090	2.520	81,6%	6.106	3.092	3.014	97,5%
CPSS	2	4.379	4.079	300	7,4%	27.915	29.296	-1.381	-4,7%	31.223	32.100	-877	-2,7%
<b>Outras Receitas Administradas</b>	<b>4</b>	<b>2.331</b>	<b>2.303</b>	<b>28</b>	<b>1,2%</b>	<b>50.098</b>	<b>26.572</b>	<b>23.526</b>	<b>88,5%</b>	<b>52.564</b>	<b>28.960</b>	<b>23.604</b>	<b>81,5%</b>
<b>Receita Previdenciária</b>	<b>29</b>	<b>30.476</b>	<b>30.657</b>	<b>-181</b>	<b>-0,6%</b>	<b>335.502</b>	<b>355.628</b>	<b>-20.126</b>	<b>-5,7%</b>	<b>384.601</b>	<b>406.052</b>	<b>-21.450</b>	<b>-5,3%</b>
<b>Administrada por outros Órgãos</b>	<b>1</b>	<b>1.835</b>	<b>1.285</b>	<b>549</b>	<b>42,7%</b>	<b>17.903</b>	<b>25.804</b>	<b>-7.901</b>	<b>-30,6%</b>	<b>18.976</b>	<b>27.354</b>	<b>-8.379</b>	<b>-30,6%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, MF/STN. Elaboração FGV-Ibre.

AVISO LEGAL: Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e é legalmente protegida. Seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você tenha recebido por engano, por favor, informe ao remetente e exclua de seus arquivos, sem guardar cópia. Se você não for o destinatário dessa mensagem, desde já fica notificado de abster-se a disseminar, divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Qualquer uso não autorizado desta mensagem ou parte dela, incluindo seus anexos, é expressamente proibido. Opiniões pessoais do remetente não refletem, necessariamente, o ponto de vista do IBRE.